

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012261-43.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **ANTONIO CARLOS NICOLAU**  
 Requerido: **LEANDRO APARECIDO PESSINI-ME e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**ANTONIO CARLOS NICOLAU** ajuizou Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **LEANDRO APARECIDO PESSINI – ME e GUSTAVO RODRIGUES MARTINS**, todos devidamente qualificados.

O requerente alega na inicial, que foi proprietário do veículo FIAT/UNO S IE, 1993/1994, BQF-7920, cinza e em 08/11/2011, com a intenção de adquirir outro veículo, procurou o estacionamento Leandro Automóveis. Ali comprou um VW/SANTANA e para a concretização do negócio deu como parte do pagamento o veículo FIAT/UNO, já descrito, no valor de R\$ 4.500,00. Alega que após a assinatura do contrato de compra e venda entregou ao primeiro requerido o recibo de compra e venda do veículo e em 25/11/2011 este entrou em contato com o autor para que assinasse o recibo de compra e venda. O veículo foi transferido diretamente para o segundo requerido, sem qualquer conhecimento do consumidor. Após oito meses da assinatura do recibo, procurou um despachante para auxiliar na documentação de outro veículo e aproveitou para verificar a situação do veículo FIAT/UNO deparando-se com a informação de que o mesmo ainda circula em seu nome com vários débitos causados pelo segundo requerido, inclusive, uma ação judicial de acidente de trânsito, que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tramita pelo Juizado Especial Cível desta Comarca de São Carlos/SP, processo nº 0018374-98.2012.8.26.0566. Requereu a concessão da antecipação da tutela determinando que o DETRAN transfira o veículo FIAT/UNO e os débitos ao segundo requerido e a retirada do seu nome do Cadastro de Inadimplentes. Alternativamente pede que o segundo requerido seja obrigado a realizar a transferência do veículo e a quitação total dos débitos existentes sob pena de multa, a inversão do ônus da prova e a condenação do primeiro requerido à responsabilidade solidaria ao pagamento de indenização a título de dano material caso o segundo requerido não venha sanar a dívida no prazo determinado. Busca, ainda, a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização a título de danos morais, custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 18/27.

Tutela antecipada deferida e expedido ofício às fls. 47/48.  
Resposta carreada às fls. 71/74.

Devidamente citado o primeiro requerido LEANDRO APARECIDO PESSINI – ME apresentou contestação alegando que: 1) o autor sabia que o veículo seria objeto de negociação, até mesmo porque o réu é intermediador de negócios; 2) o autor não agiu como deveria, pois não informou ao órgão competente a venda do veículo como dispõe o artigo 134 CTB; 3) o réu não deu causa a inclusão do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, o próprio autor foi responsável devido sua desídia; 4) verifica-se que a ação judicial mencionada pelo autor foi extinta sem julgamento de mérito, portanto, não houve prejuízo nenhum. Requereu a total improcedência dos pedidos elencados na exordial.

Sobreveio réplica às fls. 85/88.

O segundo requerido foi declarado revel e as partes foram



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

instadas a produção de provas às fls. 89. O primeiro requerido manifestou interesse em prova testemunhal às fls. 92, o que foi indeferido pelo despacho de fls. 94.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

O autor almeja, basicamente, que o corréu Gustavo Rodrigues opere a transferência para seu (dele réu) nome do veículo FIAT/UNO, placa BQF 7920.

Temos como ponto incontroverso: **a venda do referido inanimado foi feita em 08/11/2011 para a primeira requerida**, Leandro Aparecido Pessini ME. O documento exibido a fls. 19/20 indica tal circunstância.

Mais especificamente o veículo foi entregue como parte do pagamento da aquisição de outro automóvel.

Não se coloca em dúvida que a aludida adquirente tinha por finalidade o comércio de veículos.

Mesmo assim não estava ela dispensada de averbar a aquisição do bem em seu nome por força da Portaria 1606/05 – DETRAN, que vigorou até abril de 2010, e a transação, como já dito, é posterior.

Nesse ponto cabe ressaltar que em negócios praticados sob a égide da referida norma também não havia a desoneração de cumprir o art. 134 do CTB; assim, ao vender o bem a terceiro, os “garagistas” tinham que regularizar a situação perante a repartição competente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No caso, agindo como agiu, a corré LEANDRO permitiu indevidamente que o inanimado continuasse circulando em nome do autor, trazendo a ele os contratempos referidos.

Nisso reside sua legitimidade e também a responsabilidade por ter incorrido em claro ato ilícito.

Como o veículo já está em mãos de terceiro, mais especificamente, de GUSTAVO RODRIGUES MARTINS, é de rigor que o juízo imponha a ele a obrigação de fazer, tendente a regularizar a documentação junto ao Departamento de Trânsito, providenciando a transferência da propriedade para seu nome, em 15 dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até R\$ 5.000,00

Nesse sentido – Apelação 0114215-68.2009.8.26.0100 do 28ª Câmara de Direito Privado do TJSP.

\*\*\*\*\*

O nome do autor foi protestado pela Procuradoria da Fazenda em razão da falta de pagamento do IPVA do ano de 2012 (documento em anexo – fls. 27).

O art. 123 do Código de Trânsito determina que para a obtenção de novo certificado de registro, o proprietário tem trinta dias para a adoção das providências necessárias; **de seu turno, o vendedor tem a responsabilidade de informar a alienação à autarquia, sob pena de ser responsabilizado solidariamente por futuras penalidades** (art. 134 do mesmo estatuto).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Essa “responsabilidade” do vendedor e do comprador é solidária até a data da comunicação da transferência da propriedade ao órgão de trânsito, até porque, enquanto não receber tal comunicação, o órgão de trânsito ignora o ato.

O autor comunicou a venda ao DETRAN, pedindo o bloqueio do veículo em 20/07/2012 (fls. 23 – doc anexo), todavia, **somente 8 meses após a venda.**

Destarte nesse interregno, concorreu para os dissabores que experimentou sendo de rigor que assuma a responsabilidade pelas multas e débitos registrados. Já as multas e débitos registrados na sequência da comunicação serão pagas ao autor pelos réus **LEANDRO e GUSTAVO**. O montante será especificado nos autos com a exibição de hábil documentação e poderá ser cobrado "oportuno tempore".

O mesmo se decide no que diz respeito aos danos morais decorrentes de "negativação"/ protesto dos dados do autor por débitos/ multas **registrados na sequência da sobredita comunicação**. Nessa hipótese o dano se tipifica "in re ipsa". Considerando o "critério prudencial" que venho utilizando em casos análogos estabeleço o montante de indenização em **R\$ 5.000,00** impondo aos réus **LEANDRO e GUSTAVO** o pagamento, com correção a contar da publicação desta sentença e juros de mora, à taxa legal, a contar do chamado.

Nesse sentido os seguintes arestos:

TJRJ-035793) APELAÇÃO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO JUNTO AO DETRAN. - (Apelação Cível nº 2005.001.02275, 2ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Des. Jesse Torres. j. 26.04.2005).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO - RITO SUMÁRIO - COMPRA E VENDA DE VEÍCULO - TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN NÃO REALIZADA - RESPONSABILIDADE DO APELANTE - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO POSTERIORES AO NEGÓCIO - MULTAS LAVRADAS EM NOME DO PROPRIETÁRIO ORIGINÁRIO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - APELANTE QUE NÃO CONFIGURA SIMPLES INTERMEDIÁRIA - LEGITIMIDADE PASSIVA VERIFICADA - DANO MORAL - IMPOSSIBILIDADE - RECURSOS DESPROVIDOS.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Assim, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **a)** determinar que o requerido, **GUSTAVO RODRIGUES MARTINS**, providencie a transferência do veículo para seu nome em 15 dias, a contar da intimação que lhe será endereçada, após o trânsito desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 até o limite de R\$ 5.000,00. Na inércia esta decisão tem efeito de ato traslativo do domínio junto aos órgãos competentes, **b)** condenar os réus **LEANDRO APARECIDO PESSINI ME e GUSTAVO RODRIGUES MARTINS** a pagar ao autor os valores de IPVA e multas, lançados sobre o inanimado a partir da comunicação ao órgão de trânsito e ainda os danos morais arbitrados.

Os valores poderão ser perseguidos pelo autor nestes próprios autos contra os copostulados.

Caso o prazo definido passe "*in albis*" sem a referida transferência esta sentença servirá como título para que o órgão de trânsito realize as devidas alterações em seu "sistema", constando como dono do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inanimado, o correquerido **Gustavo Rodrigues Martins**.

Oficie-se a Fazenda Pública do Estado de São Paulo dando conta do aqui decidido no tocante ao débito inscrito no 1º Cartório de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos. Instrua-se o ofício com cópia dessa decisão e de fls. 27.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes. Fixo os honorários ao procurador do autor em R\$ 880,00 e aos procuradores dos réus também em R\$ 880,00, valor que será repartido entre eles.

**P. R. I.**

São Carlos, 25 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**